



## 'GLO do campo': Bolsonaro e generais querem usar Exército para combater camponeses

Em pronunciamento no dia 25 de novembro, o fascista Jair Bolsonaro afirmou que visa a criação de uma “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) para reprimir o movimento camponês e restabelecer os latifúndios que tiveram suas terras retomadas (“reintegração de posse”).

A proposta consiste em que o chefe do Executivo autorize as Forças Armadas a reprimir as tomadas de terra de maneira imediata após a decisão judicial. Em resumo, permite o uso das Forças Armadas como força regular de repressão aos camponeses. Hoje, a solicitação é feita pelo governo estadual e, posteriormente, é necessária a assinatura do presidente. “Tem de ser algo urgente. E você dando uma resposta urgente, você inibe os demais que porventura queiram aquilo. E olha só, eu tô falando, tudo passa pelo parlamento”, afirmou.

Em suas redes sociais, Bolsonaro prosseguiu: “A tropa da GLO não é para fazer relações públicas, ela vai para se impor, conter ações terroristas, depredação de bens, queima de

ônibus, evitar que inocentes morram, etc.”, afirma, tachando como “terrorista” a luta camponesa. E conclui: “No mais, para enfrentar a esses marginais, é que se faz necessário o excludente de ilicitude”.

Segundo o próprio Bolsonaro, a medida tem como alvo os movimentos camponeses e citou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “A propriedade privada é um dos pilares da democracia. Você não pode comprar um imóvel no campo ou na cidade e de repente alguém vai lá e toma conta. Toma conta não, invade. Aí não é democracia. Onde a propriedade privada não existe é no socialismo, no comunismo. Não chegamos lá ainda”, disse, omitindo o fato de que muitos latifundiários que têm suas terras tomadas só as conseguiram através do roubo, da prática de trabalho escravo e da grilagem.

### **A repressão do Exército na prática**

O governo de Bolsonaro e seus generais, no entanto, já está colocando em prática o uso das Forças Armadas na repressão à luta camponesa.

Na Amazônia, em setembro, ocorreu, encoberta pela “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) de suposto combate aos incêndios e pela Operação “Verde Brasil”, a invasão dos militares em acampamentos da Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

De acordo com a nota emitida pela Comissão Nacional da LCP, “os camponeses da área relataram que durante uma semana os militares das Forças Armadas reacionárias cometeram todo tipo de intimidação, ameaça, abuso e humilhações”.

### **[Leia também: Exército invade e cerca áreas camponesas em Rondônia](#)**

Um representante da LCP, durante um debate na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no dia 22/10 ([ver aqui](#)), denunciou ainda que o cerco militar não é restrito à área Enilson Ribeiro. “Agora, todos os acampamentos da LCP estão cercados, com militares estacionados do lado, em regiões nas quais não há nenhum foco de incêndio! Isso para mostrar como eles estão aí para combater a luta pela terra”. Disse ainda que o que teme esse governo latifundista é que a

resistência e luta dos camponeses de Seringueiras sirvam de exemplo e que, por isso, o governo move tropas contra os camponeses.

### **Excludente de ilicitude**

No dia 21, no lançamento do partido fascista “Aliança pelo Brasil”, Bolsonaro anunciou ter enviado ao Congresso Nacional o chamado excludente de ilicitude, um projeto que pode isentar de punição os agentes de “segurança” e militares em operações de GLO. A nova medida possibilita que essas ações também possam ser adotadas em reintegrações de posse nas áreas rurais.

[Leia também: Legalização do genocídio: Governo de Bolsonaro e generais anuncia excludente de ilicitude](#)